

A MELANCOLIA E A ÂNSIA FEMININA POR LIBERDADE EM JANE EYRE: Uma Análise Sobre as Limitações da Vida da Mulher Vitoriana

Autor: Tauana Oliveira Vieira¹

Orientador: Prof. Dr. Fábio Maza

RESUMO

O artigo analisa o desejo feminino por liberdade e o sentimento de melancolia decorrente das limitações impostas às mulheres na era vitoriana, utilizando como objeto de estudo a obra *Jane Eyre* (1847), de Charlotte Brontë. Teoricamente, fundamenta-se no uso da literatura como fonte histórica, considerando a realidade social da autora e o contexto em que a obra foi escrita para compreender o imaginário e as tensões da época. O estudo analisa como a sociedade patriarcal vitoriana limitava a vida das mulheres, causando estagnação; objetiva-se demonstrar como essa repressão social as levava à insatisfação e à melancolia, utilizando para a investigação as angústias descritas pela personagem Jane. A metodologia consiste em uma análise literária e historiográfica sob perspectiva feminista, dando ênfase à função de preceptora devido à sua baixa posição social. A obra de Brontë apresenta na protagonista o sentimento de insatisfação e desejo por ação e autonomia, indo contra a moral vitoriana que tencionava reduzir a mulher à passividade doméstica. Jane Eyre permanece essencial para a compreensão dos sentimentos femininos perante o patriarcado da segunda metade do século XIX, demonstrando como a independência financeira e a liberdade permitiu à protagonista vivenciar o amor sem abdicar de sua individualidade ou submeter-se à hierarquia de poder do matrimônio.

Palavras-chave: Melancolia; Liberdade; Mulheres; Charlotte Brontë; Era Vitoriana.

MELANCHOLY AND THE FEMALE LONGING FOR FREEDOM IN JANE EYRE: An Analysis of the Limitations of Victorian women's lives

ABSTRACT

This article analyzes the female desire for freedom and the sense of melancholy arising from the limitations imposed on women in the Victorian era, using Charlotte Brontë's *Jane Eyre* (1847) as the object of study. Theoretically, it is grounded in the use of literature as a historical source, considering the author's social reality and the context in which the work was written to understand the imagery and tensions of the period. The study examines how Victorian patriarchal society constrained women's lives, causing stagnation; it aims to demonstrate how this social repression led them to dissatisfaction and melancholy, using the anxieties described by the character Jane for

¹Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Apresenta este artigo como requisito de conclusão de curso para obtenção do Grau em Licenciatura em História.

Email: tauanaoliveira@gmail.com

the investigation. The methodology consists of a literary and historiographical analysis from a feminist perspective, emphasizing the role of the governess due to its low social standing. Brontë's work represents, through the protagonist, a sense of dissatisfaction and a desire for action and autonomy, defying Victorian morals that sought to reduce women to domestic passivity. *Jane Eyre* remains essential for understanding female sentiments regarding the patriarchy of the second half of the 19th century, demonstrating how financial independence and freedom allowed the protagonist to experience love without relinquishing her individuality or submitting to the power hierarchy of marriage.

Keywords: Melancholy; Freedom; Women; Charlotte Brontë; Victorian Era.

1. INTRODUÇÃO

No final do século XIX, a História vivenciava seu processo de consolidação científica, buscando romper com a tradição da narrativa histórica como um gênero literário, desprovido de um método rigoroso, que servia a propósitos políticos e à construção de identidades nacionais (Ferreira, 2018). Nesse contexto, a escola positivista, influenciada por Charles Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942) e os pressupostos rankeanos, buscou estabelecer a História como uma ciência positiva. Esse método fundamentava-se na imparcialidade do historiador e no uso restrito de fontes oficiais e seguras, objetivando relatar os fatos exatamente como ocorreram, sem margem para reflexões ou subjetividade (Arrais, 2006).

Esse método foi posteriormente questionado pela Escola dos Annales, que propôs a ampliação do fazer histórico por meio da interdisciplinaridade e da diversificação das fontes. Pesquisadores da Escola de Birmingham desenvolveram teorias voltadas para a produção de conhecimento sobre cultura, legitimando metodologias de investigação com diferentes abordagens, destacando-se aqui a literária (Oliveira, 2017).

O uso da literatura no fazer histórico passou por um longo processo dialético até ser devidamente legitimado. O literato, apesar de não ter compromisso verossímil com a realidade, está inserido em um contexto histórico e social e escreve a partir do mundo ao seu redor (Ferreira, 2018, p. 25). Nesse sentido,

A literatura pode ser fonte de pesquisa para uma produção historiográfica, desde que levados em consideração o lugar social de seu autor, as condições de sua produção e seu contexto social específico. Assim, dirá muito a respeito da sociedade naquela época, as questões latentes no período, as crenças e costumes de uma época, seu imaginário etc. (Ferreira, 2018, p. 25)

Utilizando a obra literária *Jane Eyre* (1847), de Charlotte Brontë (1816-1855), o presente artigo pretende analisar o desejo feminino por liberdade e o consequente sentimento de melancolia causado pelas limitações impostas à mulher na era vitoriana – que as impossibilitavam de conquistar a autonomia necessária para vivenciar as mesmas experiências que eram oferecidas aos homens. Um dos objetos de análise será a função de preceptora, cargo exercido por Jane no transcurso da maior parte do livro devido à sua baixa posição social. Objetivo demonstrar como a estagnação na vida dessas mulheres as levava à insatisfação e à melancolia, sentimento que foi experienciado pela própria Charlotte Brontë, que viveu em uma pequena aldeia inglesa sob as limitações de seu gênero e de sua condição financeira, precisando exercer a função de preceptora.

O romance foi publicado em 1847 sob o pseudônimo de Currer Bell e recebeu aclamação desde o momento em que chegou ao público. Tem sido desde então analisado sob diversas óticas, investigado tanto por críticos literários quanto por historiadores interessados pela sua complexidade. Além de críticas literárias de temáticas mais específicas, autores leram a obra sob a perspectiva marxista, psicanalítica, teológica e principalmente feminista (Lima, 2013).

Jane Eyre narra a história de uma órfã que vive de favor na casa de uma tia, Sra. Reed, sem receber afeto e sendo maltratada por todos até revoltar-se, quando é enviada para Lowood, um internato beneficente de disciplina rígida onde permaneceu por oito anos como aluna e posteriormente como professora, suportando a fome e o frio, mas experienciando a felicidade pela primeira vez. Sua ânsia por liberdade e necessidade de experiências novas a faz aceitar um emprego como preceptora em Thornfield, onde se apaixonou por seu patrão, Sr. Rochester. Quando estavam prestes a casar, a cerimônia é cancelada pela descoberta de um segredo do noivo: ele já era casado com Bertha, uma mulher com problemas mentais que vivia escondida na mansão (Brontë, 2021).

Com fortes convicções morais, Jane recusa-se a ser amante de Rochester e foge, sobrevivendo da mendicância até ser acolhida por st. John e suas irmãs, descobrindo posteriormente que eles são seus primos. Na mesma época, recebe uma herança inesperada e torna-se independente financeiramente, sendo em seguida pedida em casamento por st. John, que partiria em missão religiosa para a Índia. Jane, regida por seus sentimentos, recusa o pedido e decide voltar para Rochester. Ao retornar para Thornfield, Jane encontra a mansão destruída por um incêndio causado por Bertha, e descobre que Rochester agora vive isolado após perder a visão. O casamento finalmente acontece sem impedimentos (Brontë, 2021).

Cabe justificar a escolha da obra *Jane Eyre* para a análise do sofrimento mental da mulher vitoriana perante suas limitações na sociedade patriarcal, pois há outros romances do mesmo período que abarcam tais questões – como *Villette* (1853) da própria Charlotte Brontë e *Agnes Grey* (1847) de sua irmã Anne Brontë (1820-1849). A escolha se deu por um interesse pessoal e forte identificação com a personagem Jane Eyre, quando cenas e citações que serão posteriormente analisadas me chamaram a atenção devido à alta carga de sentimentos femininos, inquietação e melancolia, emoções que são próprias desse romance. *Villette*, da mesma autora, não contém os elementos de paixão e revolta expressos em *Jane Eyre*.

Apesar de seu sucesso na publicação, a obra foi recebida negativamente pelos vitorianos moralistas e considerado um livro imoral devido à intensidade da paixão descrita por Brontë em uma época em que a mulher deveria limitar seu afeto à família e ao lar (Eva, 1949, p. 28). Os sentimentos da protagonista como um todo são expressados de maneira intensa, inclusive sua batalha interna entre paixão e razão, reflexo do pensamento vitoriano que priorizava a racionalidade acima do caráter passional (Gonçalves, 2019, p. 38-41). Jane é uma mulher de personalidade forte que, apesar de agir de maneira racional para conquistar seus objetivos, vive sob a intensidade de sentimentos que podem ser reprimidos, mas não controlados pela razão. Nesse sentido, pretendo analisar o que essas especificidades da obra de Brontë podem informar sobre as mulheres vitorianas inseridas em contexto similar ao da protagonista.

2. CONTEXTO HISTÓRICO E A VIDA DE CHARLOTTE BRONTË

2.1 O contexto histórico

A era vitoriana compreende o período da história em que a Grã-Bretanha esteve sob o reinado da Rainha Vitória, que perdurou de 1837 ao ano de 1901, marcado por complexas transformações sociais, culturais e intelectuais. Foi a época do apogeu da classe média, resultado da dupla revolução (Revolução Industrial e Revolução Francesa) e do Imperialismo britânico, quando houve a crescente modernização das cidades. Segundo Hobsbawn (2009, p. 172), “Em 1848, somente uma economia estava efetivamente industrializada – a inglesa – e conseqüentemente dominava o mundo”.

A migração da população do campo para as cidades ocorreu através da pressão da burguesia no interior inglês, mesmo com a constante resistência de proprietários de terras e fazendeiros. Os cercamentos entre o fim do século XVIII e primeira metade do século XIX impossibilitaram a

economia de subsistência, forçando a mão de obra rural a escolher entre aceitar condições miseráveis no campo ou migrar para as cidades em busca de emprego:

A grande massa da população rural tinha que ser transformada de alguma forma, pelo menos em parte, em trabalhadores assalariados, com liberdade de movimento, para o crescente setor não agrícola da economia [...] A Lei dos Pobres de 1834 foi projetada para tornar a vida tão intolerável para os pobres do campo que eles se vissem forçados a abandonar a terra em busca de qualquer emprego que lhes fosse oferecido. E, de fato, logo começaram a fazê-lo. Na década de 1840, vários condados já estavam à beira de uma perda absoluta de população, e a partir de 1850 a fuga do campo se tornou generalizada. (Hobsbawn, 2009, p. 154)

As cidades inglesas cresciam rapidamente e sem planejamento, levando os trabalhadores a viverem em situação degradante e contrastante com a realidade social dos burgueses que enriqueciam sob a exploração dos pobres. O resultado dessa ausência de supervisão e crescente deterioração urbana foi o reaparecimento de epidemias como a da cólera e do tifo entre as décadas de 1830 e 1840. Segundo Hobsbawn (2009, p. 206), “os terríveis efeitos deste descuido foram tremendos, mas as classes média e alta não o sentiram”. Providências foram tomadas apenas a partir de 1848 com o surgimento de revoltas sociais dos trabalhadores pobres, ano em que foi publicado *O Manifesto Comunista* (Hobsbawn, 2011, p. 40).

Diferente do sistema aristocrático, a burguesia emergente no início da modernidade acreditava que o homem é o agente central de seu próprio destino e não mais dependente de ação divina, criando a noção da possibilidade de ascensão e queda entre as classes baseada na valorização do trabalho e na ideia de meritocracia (Amaral, 2018). Segundo Hobsbawn (2009), essa possibilidade de ascensão não era possível para os trabalhadores pobres que precisariam do mínimo de bens e instrução para ascender socialmente e, além disso, esse deslocamento social soava desagradável devido à necessidade de introduzir-se a “um sistema individualista puramente utilitário[...], teoricamente justificado por seu lema ‘cada um por si e Deus por todos’” (Hobsbawn, 2009, p. 203).

Essa moral burguesa individualista valorizava a ciência e rejeitava a dependência religiosa, influenciada pelo pensamento iluminista cuja ideia central era compreender o homem como um ser racional e autossuficiente. Na literatura da época, o romance era considerado o gênero capaz de transmitir os valores burgueses através da pretensa imitação da realidade e das experiências humanas de maneira autêntica, sem embelezamentos do cotidiano. Tal pensamento utilitarista era expresso também no discurso médico que buscava reprimir sentimentos passionais, pois estes eram

considerados imorais, representando a repressão da burguesia aos trabalhadores que precisavam apenas ser produtivos e úteis para a sociedade (Gonçalves, 2019, p. 38).

2.2 A vida de Charlotte Brontë

Fora da turbulência das cidades inglesas, em Thornton, uma aldeia em Yorkshire, nasceu Charlotte Brontë, no dia 21 de abril de 1816. Seu pai, o reverendo Patrick Brontë, nasceu no ano de 1777 na Irlanda em uma família de humildes camponeses. Possuía inteligência e ambição que o destacava entre os nove irmãos: primeiro tentou ganhar a vida como tecelão e, ainda aos dezesseis anos, sabendo que não poderia ser mantido financeiramente pelo pai, abriu sua própria escola, vivendo assim por mais de cinco anos. Tornou-se então tutor da família de um reverendo, e após isso ingressou na St. John's College, em Cambridge. Ordenou-se em 1806, sendo pároco de diferentes aldeias até estabelecer-se em Hartshead, uma vila em Yorkshire. Lá conheceu Maria Branwell, a elegante e obstinada filha de um comerciante, com quem casou-se. É nesta vila onde nascem as primeiras filhas do casal: Maria e Elizabeth (Gaskell, 2020, p. 49 a 59)

Em 1815 a família desloca-se para Thornton, onde nascem Charlotte, Patrick Branwell, Emily e Anne. Em 1820, no entanto, o reverendo Patrick é chamado para assumir a paróquia de Haworth, onde fixam moradia. É nessa pequena aldeia onde os irmãos Brontë crescem correndo e brincando livres por entre vastos campos que assumiam a atmosfera gótica e melancólica durante o inverno e o outono (Gaskell, 2020, p. 60). As janelas da casa ofereciam a vista de um cemitério e de prados que se estendiam pelo terreno; era a clássica paisagem inglesa que produzia poetas românticos como Wordsworth, Coleridge, Byron, Keats e escritores como as próprias irmãs Brontë, que transformavam a geografia inglesa em um elemento fundamental de suas obras: todas as estações do ano são vistas e sentidas de maneira característica (Burgess, 2008, p. 18); em obras góticas como *Jane Eyre*, a própria natureza e o clima são quase personagens, participando da narrativa e influenciando diretamente a protagonista:

As paisagens de *Jane Eyre*, seus climas e estações do ano, são um dos elementos mais gloriosos do romance. Há uma atenção extremamente detalhista à atmosfera das cenas mais sem importância: na estradinha invernal de Thornfield, ‘os pequenos passarinhos marrons que se moviam de vez em quando na sebe pareciam folhas soltas cor de ferrugem que houvessem esquecido de cair’. (Davies, 2021, p. 30)

É nessa paisagem poética onde Charlotte vivencia as primeiras felicidades e tristezas de sua vida. A senhora Brontë, que já possuía saúde fragilizada, não resiste ao clima frio de Yorkshire e falece em 1821. O senhor Brontë encarrega-se então de educar seus filhos – com o auxílio de uma

irmã de sua falecida esposa, que governava a casa –, e logo manda as meninas para uma escola destinada à educação das filhas de párocos, Cowan Bridge, descrita por Charlotte em *Jane Eyre* como Lowood, a rigorosa instituição de caridade onde a protagonista Jane estudou. Não divergindo muito da ficção, Cowan Bridge possuía disciplina rigorosa e leva as irmãs Maria e Elizabeth ao grave adoecimento e posterior falecimento no ano de 1825 (Gaskell, 2020, p. 61 a 97).

Agora sendo a irmã mais velha, Charlotte encarrega-se de proteger seus irmãos, dedicando atenção à felicidade alheia. É nessa fase da infância que sua imaginação paira sobre os campos lúgubres de Haworth: ela propõe que cada um dos irmãos criasse ilhas povoadas por heróis, e assim todos criam um reino imaginário repleto de criaturas fantásticas. A infância dos irmãos Brontë é vivida sob luto e sem a companhia de outros amigos, e, no entanto, foi feliz; a imaginação infantil era um refúgio (Eva, 1949, p. 5).

Charlotte é chamada para a realidade quando é mandada pelo pai para Roe Head, escola onde terminaria seus estudos. Tímida e fugindo da infelicidade de estar rodeada por pessoas diferentes do seu convívio comum, se dedica aos estudos e demonstra ânsia por conhecimento, destacando-se entre as três melhores alunas da instituição (Gaskell, 2020, p. 120). Parte da personalidade da romancista é desenvolvida nessa fase de sua vida. Uma de suas amigas, Mary Taylor, diz a Charlotte que a achava muito feia. Acredita-se que esse comentário a deixou obcecada com a própria aparência. Anos mais tarde, seu editor, Sr. Smith, disse acreditar que Charlotte “teria dado toda a sua inteligência e a sua fama para ser bela”, tamanho era o seu desejo de ser bonita e sua consciência da própria aparência (Eva, 1949, p. 6 e 7). Tal sentimento é retratado em *Jane Eyre*, cuja protagonista descreve-se como “uma preceptora sem família, pobre e feia” (Brontë, 2021, p. 262).

Charlotte permanece em Roe Head por um ano, em tempos isolando-se com suas leituras, mas também socializando ao narrar histórias para as colegas no dormitório, assustando algumas delas com suas narrativas intensas sobre as fábricas da região e a exploração dos operários na Revolução Industrial. Retorna a Haworth com a função de transmitir o que aprendeu para as irmãs, no entanto, ao perceber a necessidade de contribuir com as despesas da casa, parte mais uma vez para Roe Head, dessa vez como professora, levando sua irmã Emily como aluna – que não suporta a ausência de Haworth e é substituída por Anne (Eva, 1949, p. 7).

A melancolia acomete Charlotte nessa fase de sua vida. Sua natureza rebelde e inquieta não fica satisfeita com essa realidade, e assim ela cai em desespero sentindo o contraste entre o idealismo de seus sonhos e o mundo real. Escreve para Ellen Nussey, uma de suas amigas:

Eu não sou como você. Se soubesse o que penso, os sonhos que me deixam absorta e a imaginação fértil que me consome, de tempos em tempos, e me faz sentir que a sociedade é insípida, ousou dizer que teria pena de mim e que me desprezaria. (Gaskell, 2020, p. 182)

Charlotte parecia com a monotonia da rotina como professora na instituição. Encontrava conforto nas cartas da amiga Ellen, mas vivia em constante estado de sofrimento mental:

Você me animou, minha querida, por um instante [...], mas a empolgação se foi, e agora estou tão devastada e sem esperanças quanto antes. [...] Coisas que ninguém se importa entram em minha mente e se espalham ali como veneno. [...] minha vida tem sido mais monótona do que nunca; nada acontece além de ensinar, ensinar, ensinar, noite e dia. (Gaskell, 2020, p. 184 a 187)

Charlotte retorna para casa apenas quando fica doente, por recomendação de seu médico. Ainda precisando ter uma renda, vai trabalhar como preceptora, uma das poucas opções de emprego oferecidas às mulheres vitorianas com educação. Ela odiava a profissão e regressou a Haworth após três meses, tentando mais uma vez trabalhar como preceptora para outra família. Desiste da função quando recebe a proposta de restaurar e administrar a escola onde estudou e trabalhou (Eva, 1949, p. 7 a 9).

Entusiasmada pela ideia de ver o mundo e viver experiências novas, Charlotte vai para a Bélgica tencionando aperfeiçoar o seu francês, pensando no projeto de abrir a escola com suas irmãs. Chega no continente em 1842, acompanhada por Emily, Anne, Branwell e seu pai – não poderiam viajar sem a companhia de um homem. Destoando de suas colegas devido à idade considerada já avançada e ao modo simples como se vestiam, as irmãs se isolam entre si e dedicam-se intensamente ao estudo: “elas queriam aprender, elas foram para isso [...] quando tinham um propósito, esqueciam-se da timidez. Mas, no geral, eram terrivelmente tímidas” (Gaskell, 2020, p. 279).

Em Bruxelas, Charlotte teve a chance de experimentar um pouco do mundo com o qual ela sonhava:

Existiam muitas coisas em Bruxelas que estimulavam sua imaginação. Aos poucos, ela foi enxergando aquele antigo mundo grandioso com o qual sonhara. Multidões alegres passavam por ela, da mesma forma que multidões alegres vinham passando há séculos por aquelas ruas, com todas as suas vestimentas variadas. (Gaskell, 2020, p. 279)

Com o falecimento de uma tia, a família regressa a Haworth e Charlotte é a única a voltar para Bruxelas para continuar os estudos. Uma nova fase de melancolia se inicia e ela deseja mais uma vez poder estar em casa. Terminado o curso, Charlotte retorna a Haworth e tenta dar continuidade ao projeto da escola, no entanto precisa desistir devido à ausência de alunas. Passa a viver então, mais uma vez, sob intensa monotonia (Eva, 2020, p. 13)

É nessa época que as três irmãs decidem publicar um livro com poemas autorais sob os pseudônimos masculinos Acton (Anne), Currer (Charlotte) e Ellis (Emily) Bell. Apenas dois exemplares foram vendidos e elas tentam a prosa: Anne com *Agnes Gray*, Emily com *O Morro dos Ventos Uivantes* e Charlotte com *O Professor*. Apenas o último foi rejeitado pelos editores (Eva, 2020, p. 15).

Charlotte recebe uma proposta de um editor que solicitava de Currer Bell um romance em três volumes. Assim, três semanas após o pedido, finaliza *Jane Eyre* e envia o manuscrito para o editor: é publicada a obra que traz fama para seu pseudônimo (Eva, 2020, p. 15)

A carreira literária de Charlotte movimenta sua vida, reduzindo os momentos de melancolia. No entanto, no ano seguinte à publicação de *Jane Eyre*, seu irmão Branwell vem a falecer após anos de deterioração (Eva, 2020, p. 18). Patrick Branwell costumava ser o orgulho e a esperança da família, considerado o mais talentoso dos Brontë. Charlotte esperava que ele, como homem, pudesse abrir caminhos que elas, como mulheres, não poderiam adentrar sozinhas. Essa expectativa se dissipou aos poucos quando Branwell tornou-se rebelde, desenvolvendo dependência química e se comportando de maneira “misteriosa” (Eva, 2020, p. 18). Ocupou um cargo como tutor de uma família na mesma residência em que Anne – testemunha de sua deterioração – trabalhava como governanta. Sua conduta, “ora extremamente alegre, ora profundamente deprimido [...] e, no geral, demonstrando uma irritabilidade que beirava à insanidade” (Gaskell, 2020, p. 354), deixava a família angustiada. Charlotte decidiu manter-se afastada de seu irmão para não presenciar seu sofrimento.

Ainda no mesmo ano, a próxima a definhir é Emily, que adoece e rejeita auxílio médico até o último momento, quando não havia mais esperanças. Charlotte sofre intensamente com a morte de sua irmã, e em pouco tempo Anne também adoece, falecendo em seguida. Ela havia perdido, agora, todos seus irmãos. Suas cartas do período revelam um profundo estado de luto e solidão. Apesar do desânimo, continua escrevendo e logo publica *Shirley* (1849), seu segundo

romance, que acaba com o anonimato de Charlotte. Sua fama continua crescendo (Gaskell, 2020, p. 504 a 521)

Em 1853, publica *Villette*. Charlotte finalmente havia realizado um antigo sonho de fazer parte da sociedade através de sua fama literária, fazia visitas a Londres, conhecia autores renomados da época. Escapava, enfim, da monotonia de Haworth e experienciava uma vida movimentada, mas era tarde demais: sua vida solitária trouxe consequência para seus nervos e ela não conseguia interagir com estranhos como um dia desejou (Gaskell, 2020, p. 569)

Charlotte recusa, ao longo de sua vida, três pedidos de casamento – pois acreditava que os pretendentes eram “fisicamente repugnantes” (Perkins, 1993, p. 54). O último, feito por um funcionário de seu pai, é aceito mais tarde. Casada e disposta de menos tempo para escrever, inicia o romance “Emma”, que se mantém inacabado. Quando esperava experimentar uma vida tranquila e feliz, Charlotte fica com a saúde debilitada devido a uma gravidez de risco. Falece no dia 31 de março de 1855. *O Professor* é publicado postumamente (Eva, 1949, p. 21).

3. ROMANTISMO E MELANCOLIA

3.1 O romantismo

O romantismo se inicia na Inglaterra oficialmente em 1798 com as *baladas líricas* de William Wordsworth (1770-1850) e Samuel Coleridge (1772-1834). Apesar de seus autores terem sido influenciados por ideias iluministas que afloravam na época, não teve início com a queda da Bastilha, mas esteve, ao longo do século XVIII, dando sinais de seu surgimento. O romantismo surge como uma resposta aos ideais racionais que permeavam a sociedade inglesa e que se manifestavam na arte através do classicismo. O período clássico valorizava a razão e os bons costumes acima dos sentimentos individuais, enquanto o romântico rejeita o convencional e preocupa-se em demasia com suas próprias emoções. Assim, essa nova ortodoxia irrompe como uma “rebelião dos indivíduos contra a sociedade” (Burgess, 2008, p. 168).

No prefácio à segunda edição do livro, Wordsworth trouxe o que é considerado o primeiro manifesto romântico inglês, onde estabeleceu seus princípios com relação à criação poética. Ele defendia o afastamento da linguagem rebuscada utilizada por autores racionalistas, valorizando o modo de falar das pessoas comuns. Também valorizava uma temática ligada à natureza, aos sentimentos humanos e às simplicidades da vida, buscando exprimir o sublime do trivial através da linguagem e dos versos (Burgess, 2008, p. 198 a 200).

Coleridge, outro grande poeta do romantismo e parceiro de Wordsworth, defendia a imaginação como o maior recurso poético. Para ele, o sobrenatural tornava-se real a partir da fé poética do leitor: as emoções provocadas através da realidade criada pelo autor é o que torna natural o mundo fantástico da poesia. Assim como Wordsworth, acreditava que o princípio da criação poética é a valorização da imaginação e da natureza (Burgess, 2008, p. 200 e 201).

Outros grandes autores do romantismo foram William Blake (1757-1827), Percy Shelley (1792-1822), John Keats (1795-1821), Sir Walter Scott (1771-1832) e Lord Byron (1788-1824). Os dois últimos foram lidos por Charlotte Brontë e citados em recomendações de leitura que ela fazia a amigas. Scott escreveu romances históricos que abordam a história europeia, especificamente períodos em que valores antigos, como códigos de cavalaria, prosperavam. Os personagens de suas histórias eram romantizados, possuindo características bondosas e honradas que não correspondiam com a realidade (Burgess, 2008, p. 207 e 208).

Byron, aristocrata de comportamento desregrado e transgressor, possuiu uma reputação polêmica que se tornou uma lenda na Europa. Seus poemas são marcados pela sátira e pela intensa expressão de sentimentos. A figura do herói byroniano representado nas poesias é definida pelas características do próprio poeta: satírico, passional e contrário às regras da sociedade. Morreu jovem, assim como Shelley e Keats (Burgess, 2008, p. 201 a 205). A juventude dos poetas foi, de maneira poética, imortalizada, e o tom trágico e melancólico do romantismo os alcançou na morte.

3.2 A melancolia

A melancolia é um tema recorrente na arte e foi significativamente abordado no romantismo. Foi descrita pelos gregos antigos como um humor sombrio, uma tristeza mórbida associada à terra e ao outono causada pelo excesso de “bile negra”, um dos quatro humores da medicina grega antiga. Estudada por historiadores, poetas, pintores, filósofos, psicanalistas e psiquiatras, a melancolia teve em cada época uma descrição diferente. De acordo com o *Dicionário de Psicanálise* de Elisabeth Roudinesco e Michel Plon, pode ser descrita como:

Uma forma de loucura caracterizada pelo humor sombrio, isto é, por uma tristeza profunda, um estado depressivo capaz de conduzir ao suicídio, e por manifestações de medo e desânimo que adquirem ou não o aspecto de um delírio. (Roudinesco; Plon, 1998, p. 505)

O sentimento melancólico esteve sempre presente na literatura. Sem causa ou não, parece traduzir sintomas dos indivíduos pertencentes a determinada época. O humanista Robert Burton (1577-1640) escreveu a obra não ficcional *Anatomia da Melancolia*, onde analisou as causas, os

sintomas e possíveis soluções para a melancolia. O próprio autor se autodenominava melancólico e acreditava que o mundo, em si, é melancólico e louco. Duas décadas antes, William Shakespeare (1564-1616) trazia Hamlet, o príncipe fictício que sofria com a mesma condição existencial que Burton, adoecido pelo luto e pela realidade doente que o cercava (Scliar, 2009). No final do século XVIII e início do século XIX, a melancolia já se encaixava em outra realidade sociopolítica:

Parecia atingir tanto os jovens burgueses, excluídos dos privilégios conferidos pelo nascimento, quanto os decaídos na escala social, que haviam perdido todos os referenciais. Grassava também entre os aristocratas ociosos, privados do direito de fazer fortuna. [...] A melancolia funcionava como um espelho onde se refletiam a falência geral da ordem monárquica e a aspiração à intimidade pessoal. (Roudinesco; Plon, 1998, p. 505)

A melancolia surge quando há a decepção causada pela disparidade entre o ideal e a realidade. Os ideais de igualdade e justiça da Revolução Francesa trouxeram esperanças que logo se dissiparam em decepção. A juventude, ávida por mudança e com a mente repleta de utopias, era tomada por sentimentos negativos que não poderiam ser suplantados pela racionalidade do classicismo. A fantasia, a idealização e romantização do banal foi o meio pelo qual os jovens melancólicos conseguiram metaforicamente escapar da realidade social angustiante (Scliar, 2009).

Além disso, segundo Hobsbawm (2009, p. 164), a melancolia era uma reação aos ideais burgueses que rejeitavam os valores tradicionais do feudalismo envolvendo vínculos, sentimentalismo, entusiasmo e religiosidade; o valor das relações é medido pelo lucro e a liberdade defendida é a de Comércio:

A ansiedade que se convertia em obsessão nos românticos era a recuperação da unidade perdida entre o homem e a natureza. O mundo burguês era profunda e deliberadamente antissocial. [...] um mundo deste tipo podia dar conforto e riqueza aos homens – embora na verdade parecesse evidente que este mundo também tornava os outros, em número infinitamente maior, famintos e miseráveis –, mas deixou suas almas desnudas e solitárias. Deixou-os sem pátria e sem lar, perdidos no universo como se fossem seres "alienados". (Hobsbawm, 2009, p. 264)

O cenário do século XIX era, de diversas formas, propenso à melancolia para aqueles que possuíam maior sensibilidade. As doenças da época, em particular a tuberculose, conhecida como a doença do século e doença do amor – enfermidade que levou à morte todos os seis irmãos Brontë – era causada principalmente por fatores socioeconômicos, atingindo em sua maioria os pobres devido a aspectos relacionados à condição de vida, má higiene e excesso de trabalho. Um grupo atingido de maneira considerável pela doença foi o dos artistas e boêmios, aqueles que viviam de modo desregrado e se entregavam à melancolia, aos sofrimentos da alma e do amor – e eram, em sua maioria, pobres. Seja a melancolia um fator ou uma causa, ela estava presente na vida de poetas

românticos tuberculosos antes e depois da doença. (Gonçalves, 2000). Os próprios sintomas da tuberculose favoreciam o sentimento melancólico:

[...] O confronto com a tristeza, o confinamento, a percepção dos limites corporais e, principalmente, da morte. [...] Era na exposição de alguns dos sintomas, como o sangue no escarro, a fraqueza decorrente do emagrecimento, que se visualizavam os limites corporais entre a vida e a morte. Para alguns escritores, a fonte instigadora que acompanhava a doença estava justamente nestes limites, na sensibilidade aflorada pelas decepções e na avaliação do que fora sua vida. (Gonçalves, 2000)

O poeta romântico John Keats, que faleceu aos 25 anos devido à tuberculose, era melancólico. Soube que sua morte estava próxima quando tossiu e viu uma gota de sangue em seu lenço, e verbalizou essa certeza em tom de fascínio (Sodré, 2023). A melancolia e o romantismo andavam lado a lado na atração com a morte. A temática mórbida era atrativa mesmo quando o eu-lírico ou autor não explicitava o desejo de morrer, mas estava presente no luto e na tristeza profunda que demandavam um fim definitivo para o sofrimento.

O romantismo acabou oficialmente em 1832 com a morte de Sir Walter Scott e com a aprovação da *First Reform Bill* pelo parlamento inglês. A literatura das próximas décadas é marcada por características da própria geração, no entanto também apresenta um romantismo disciplinado; a disciplina era fundamental para os vitorianos. A ascensão da classe média fez aflorar a moral burguesa cujo princípio estava na utilidade e praticidade das coisas: é moralmente correto aquilo que for útil para o progresso e para o lucro. Para além disso, havia a ética puritana adotada pela classe burguesa que influenciava a autodisciplina necessária para os empresários focarem no lucro – e que servia também como uma marca de superioridade moral sobre a classe operária e a aristocracia, consideradas respectivamente imprevidente e ociosa (Lima, 2013, p. 181).

O espírito vitoriano é tomado por uma seriedade intitulada de “*earnest*”, designando um comportamento sério e comedido específico da época. Atrelado a isso estava a própria figura da rainha Vitória que apresentava um modelo respeitável e sóbrio que devia ser seguido pela sociedade. Nesse contexto não havia espaço para sentimentos intensos e embelezamentos da vida, característicos do romantismo. Assim, os exageros românticos são chamados de “*byronism*”, expressão utilizada para descrever os comportamentos do próprio lord Byron, poeta indisciplinado, rebelde, cínico, excessivo e, além de tudo, aristocrata. Apesar disso, os romances, gênero consumido pela burguesia, revela elementos românticos que vão contra essa moral comedida. É em partes devido a isso que *Jane Eyre*, mesmo com o sucesso em sua publicação, recebeu críticas

negativas: apresentava uma protagonista mulher com sentimentos excessivos e passionais, relações intensas que na época deviam ser descritas de maneira sóbria (Lima, 2013, p. 182).

Período da história marcado por descobertas científicas e avanços tecnológicos que afirmavam a dominação do homem sobre a natureza, a era vitoriana despertava o orgulho dos ingleses. No entanto, havia também os sentimentos de incerteza e insignificância com o futuro perante o avanço da ciência e a consequente descredibilização de crenças religiosas e, também, a angústia ao presenciar a crescente desigualdade social proveniente do capitalismo industrial consolidado (Lima, 2013, p. 181). Assim como a doença do século, a melancolia continuava presente no período vitoriano, e a poesia e a prosa passional reagem ao utilitarismo liberal através da fantasia e da nostalgia característica dos românticos:

Busca-se nesse passado certos valores humanos essenciais que foram perdidos com a alienação, a mecanização, a quantificação e a dissolução dos vínculos sociais, e que, resgatados no presente, poderiam servir como parâmetros para a crítica de um mundo (a modernidade) desencantado e movido por uma racionalidade meramente instrumental. (Querido, 2019, p. 177)

Os elementos românticos, que essencialmente contrariam os ideais burgueses com sua subjetividade, permanecem resistindo na arte vitoriana de maneira disciplinada por um código de conduta invisível que reprimia a expansão de sentimentos intensos – principalmente se tratando de mulheres, como será visto no próximo tópico.

4. A MULHER NA ERA VITORIANA

4.1 Limitações impostas às mulheres

De acordo com a historiadora britânica Joan Perkin (1926-2015), em *Victorian Women* (1993), não existia uma mulher vitoriana universal. Havia, pelo contrário, mulheres da aristocracia, da classe média e da classe trabalhadora. Além disso, havia também a distinção entre mulheres da cidade e do campo. Independente da esfera social, no entanto, as meninas cresciam no século XIX com a noção de que eram inferiores aos homens. Na família aristocrática, o papel primordial da esposa era dar à luz um filho do sexo masculino: era decepcionante para todos quando isso não acontecia (Perkins, 1993, p. 6).

Na classe média, os pais desejavam ter filhos homens para que eles seguissem com o nome e o trabalho da família, mas não havia decepção com o nascimento de um bebê do sexo feminino. Não era uma preocupação subsidiar os estudos ou um futuro negócio para as filhas, esperava-se apenas que elas fossem emocionalmente próximas aos pais e que essa proximidade fosse mantida

até depois do casamento. A maioria das meninas inglesas, no entanto, não viviam nenhuma dessas realidades. Nasceram em famílias da classe trabalhadora que não tinham objeções ao sexo do bebê, mas sim ao fato de ser mais uma criança para alimentar. Ainda assim, essas famílias demonstravam preferência aos meninos, dando a eles tratamento superior ao das meninas desde o início da infância (Perkins, 1993, p. 7 e 8).

Independente da classe social, as meninas vitorianas eram reprimidas desde o início da puberdade. Eram acompanhadas de perto e sofriam restrições que não eram dedicadas aos meninos, sendo controladas por regras invisíveis. Na segunda metade do século, mulheres escreviam sobre como se sentiram confinadas e menosprezadas ao crescer. Quando questionavam, na época, tal enclausuramento físico e mental, era dito apenas que os meninos podem ir para onde quiserem e ter o conhecimento que desejarem, enquanto as meninas devem ficar em casa (Perkins, 1993, p. 20).

A educação oferecida às meninas vitorianas era superficial:

Now, the education of girls, whatever facts it may teach them, does not tend to expand and develop their minds, but to cramp and confine them. Far from being encouraged to use their own faculties, any symptom of independent thought is quickly repressed. (Reid apud Perkins, 1993, p. 27)

O relato de Marion Reid, em *A Plea for Women* (1843), descreve como de fato as meninas inglesas eram educadas durante a maior parte do século XIX. A maioria não tinha acesso ao ensino, e aquelas que podiam desfrutar desse privilégio obtinham de forma pouco intelectual. Ainda em 1787, Mary Wollstonecraft (1759-1797) queixava-se de que as meninas precisavam aprender idiomas e tocar instrumentos e, no entanto, não aprendiam o suficiente, sendo sempre um ensino superficial. Isso não havia mudado de forma significativa na era vitoriana. Houve ao longo do século, claro, pais cultos que desejavam ter discussões intelectuais com as mulheres da família e valorizavam a educação das filhas, oferecendo tutoria e livros sérios, mas à maioria das mulheres era ensinado apenas habilidades consideradas adequadas para damas (Perkins, 1993, p. 28).

A personagem Jane Eyre, criada por Charlotte Brontë – cujo pai valorizava a educação das filhas –, obteve formação intelectual na escola de Lowood, instituição de caridade baseada em uma escola para filhas do clero em Cowan Bridge, onde as irmãs Brontë estudaram na década de 1820 e onde as duas irmãs mais velhas morreram de tuberculose devido às más condições de vida enfrentadas no internato. Em *Jane Eyre*, Helen Burns, amiga da protagonista, também morre vítima da mesma doença em Lowood. Além da ausência de conforto, o ensino nesses internatos femininos

era precário e limitava a individualidade das alunas (Perkins, 1993, p. 34). Jane, quando escreveu seu anúncio em busca de trabalho como preceptora, destacou as habilidades que eram ensinadas na época: “está apta a ensinar os temas habituais da boa educação inglesa, bem como francês, desenho e música” (Brontë, 2021, p. 167).

Entre as limitações da vida da mulher vitoriana estava a ausência de controle que ela poderia exercer sobre o próprio casamento. As mulheres não poderiam ter conhecimento sobre o que acontecia após o casamento e casavam-se sem saber como os filhos eram gerados. O puritanismo que pairava sobre a Grã-Bretanha durante o período vitoriano civilizou o sexo de tal forma que ele devia ser ignorado e nunca discutido em conversas respeitáveis na sociedade (Perkins, 1993, p. 51). Após o casamento, a mulher devia assumir a forma de “anjo do lar”, figura feminina casta que representava a estabilidade e a moral do lar vitoriano (Monteiro, 1998).

O perfil da mulher guardiã da moralidade doméstica era apoiado pela própria rainha Vitória, que era contra o movimento em defesa dos Direitos da Mulher pois sustentava parte de seu reinado na moralidade pudica que favorecia a repressão feminina na vida doméstica. A noção de passividade sexual da mulher foi legitimada pela medicina da época através de William Acton (1813-1875), em *The Functions and Disorders of the Reproductive Organs* (1857), onde ele defendia que as mulheres deviam limitar suas paixões ao lar e aos deveres domésticos, utilizando o sexo apenas para a maternidade e para a satisfação do marido. Acton acreditava que apenas prostitutas e ninfomaníacas, figuras errantes da sociedade, tinham conhecimento sobre sexo. Defendia, além disso, que os homens possuem paixões incontroláveis que devem ser satisfeitas por sua esposa, que obrigatoriamente não poderia negar relações sexuais ao marido (Monteiro, 1998). A medicina, área controlada por homens, era mais uma ferramenta masculina para exercer controle sobre a vida sexual feminina:

Se as mulheres eram também seres investidos de sexualidade, e não simplesmente seres morais, ou se a moralidade tida como 'adequada' para a mulher tornava-se problemática, por ela estar sujeita ao mesmo tipo de desejo sexual considerado como inato ao homem, então a diferença poderia ser menos facilmente 'fixada' entre o macho e a fêmea daquela sociedade historicamente localizada. (Monteiro, 1998)

O controle exercido sobre a mulher também acontecia na escolha de um marido. Para a aristocracia, o matrimônio desempenhava um papel central na mobilização de riqueza e poder. Os pais da noiva evitavam alianças desfavoráveis e o namoro era cuidadosamente controlado, não havendo espaço para casamentos baseados em amor (Perkins, 1993, p. 52).

Nas famílias de classe média, no entanto, era possível casar-se por amor, apesar da moral utilitarista presente na época. As mulheres casavam-se, normalmente, com homens que frequentavam o mesmo meio social que sua família, desde que fossem também aprovados por seus pais:

Great connections of wealth and title were not at issue, but women preferred to be allied with men of similar religion, intellectual interests, philanthropic concerns and worldly goods. Harriet Martineau (1802-76) thought the middle class placed a high emphasis on romantic love, and despite her advice that women should not wait for 'une grande passion', Charlotte Brontë turned down three proposals of marriage because she found the men physically repugnant, before eventually marrying her father's curate in 1854. (Perkins, 1993, p. 54)

Ao longo do século XIX, mulheres solteiras eram vistas como fracassos sociais e costumavam ser tratadas com pena e desprezo. O ideal era que todas as mulheres se casassem e fossem sustentadas por seus maridos, mas já em 1851 um milhão permanecia solteira na Grã-Bretanha. É verdade que muitas teriam casado com uma proposta decente, como a escritora Jane Austen (1775-1817) que não conservava aversão ao matrimônio, mas permaneceu solteira pois não desejava casar-se sem afeição. Austen, no entanto, era afortunada por pertencer a um nível social que permitia que sua família a sustentasse com conforto, pois ela não conseguiria se manter financeiramente apenas com seus escritos (Perkin, 1993, p. 154).

No entanto, nem todas as mulheres vitorianas desejavam casar-se. Muitas viam o casamento como uma prisão que impossibilitava uma vida espiritual superior. Como foi citado acima, Charlotte Brontë permaneceu solteira durante a maior parte de sua vida; recusou três propostas de casamento pois não gostava da aparência dos pretendentes – mas, de qualquer forma, não desejava fazer do matrimônio o principal objetivo de sua vida. Ela admirava as mulheres solteiras que construíam o próprio caminho sem o apoio do pai ou de um irmão (Perkin, 1993, p. 157). Anne Richelieu Lamb (1807-1778), escritora escocesa, acreditava que o casamento poderia tirar a identidade da mulher:

The unmarried woman is somebody; the married, nobody! The former shines in her own light; the latter is only the faint reflection of her husband's, in whom both law and public opinion suppose her 'to be lost'... Surely the state of the much-ridiculed spinster is better than this very equivocal position, in which there is a great risk of losing our very identity. (Lamb apud Perkins, 1993, p. 158)

Não era difícil para mulheres de classe média e alta manter uma vida confortável e gratificante sem o subsídio de um marido. Muitas viajavam para o exterior por motivo de saúde frágil e lá viam-se curadas da melancolia e do tédio. A independência financeira possibilitava que

elas encontrassem em viagens a libertação da opressão causada pelas exigências e restrições da cultura inglesa (Perkins, 1993, p. 159).

Mulheres solteiras sem independência financeira, no entanto, se tornavam o apoio de pais ou familiares idosos, como aconteceu com Charlotte Brontë que cuidou do pai na década de 1840, antes de casar-se. Algumas mulheres ficavam satisfeitas seguindo esse papel doméstico, mas muitas sentiam-se aprisionadas e sofriam com as restrições. Para aquelas solteiras que não possuíam suporte familiar e financeiro, entretanto, as consequências eram maiores. A infelicidade não era proveniente da ausência de marido, mas sim da renda insuficiente. Precisavam, assim, construir a própria vida (Perkins, 1993, p. 160 e 161).

4.2 A preceptora

Havia poucas possibilidades de emprego para mulheres de classe média na primeira metade do século: todos os cargos da igreja e do governo eram impróprios para as mulheres; os Correios não possuíam nenhum cargo importante que elas pudessem ocupar; as áreas de direito e medicina eram restritas aos homens; algumas mulheres conseguiam viver de sua escrita, no entanto, a maioria acabava precisando escolher entre as profissões de governanta, preceptora, professora (em pequenas escolas particulares), acompanhante ou costureira. Todos sendo cargos mal pagos e superlotados (Perkins, 1993, p. 163 e 164).

Por falta de alternativas de trabalho, muitas mulheres optavam pelo cargo de preceptora, algumas tendo aversão a crianças e detestando a profissão. Não era uma vida fácil, apesar de ser uma das poucas profissões respeitáveis para mulheres solteiras e pobres. A preceptora se via presa entre as classes, não conseguindo se encaixar em nenhuma: era inferior à família da casa, mas superior aos criados em termos de remuneração e educação; sentia-se isolada emocionalmente, mas não tinha privacidade e tempo para momentos de lazer. Seus afazeres não se limitavam à educação das crianças, trabalhava o dia inteiro exercendo tarefas maternas e, no entanto, era desencorajada a desenvolver afeto com os pupilos (Perkins, 1993, p. 164).

Charlotte Brontë, que trabalhou como preceptora para uma família de manufactureiros ricos de Yorkshire – pois precisava contribuir com as finanças da família –, detestava a profissão e escreveu em 1839 para sua irmã Emily:

A preceptora particular não tem existência, não é considerada como ser vivo e racional, exceto em relação aos deveres enfadonhos e cansativos que tem que cumprir. Enquanto está ensinando, trabalhando e divertindo as crianças, tudo bem,

mas se rouba uns momentos para ela, torna-se incômoda. (Gaskell apud Monteiro, 1998)

A preceptora vivia com a família que lhe empregava, mas não fazia parte dela; Charlotte descreve sua infelicidade com a profissão em *Jane Eyre*, denunciando na época as condições de trabalho impostas às preceptoras (Perkins, 1993, p. 164). Essa precariedade do cargo preocupava as elites que temiam que as revoltas ocorridas no século passado chegassem ao lar sagrado; acreditavam também que a indignação das preceptoras, junto ao conhecimento que tinham, poderia levá-las a incitar nas crianças ideias contrárias aos ideais burgueses. Era função delas, afinal, educar os pupilos com pensamentos finos e superficiais, principalmente as meninas. (Monteiro, 1998).

Apesar de exercer a função de educar os filhos de famílias consideradas respeitáveis, a preceptora não se encaixava no ideal feminino da época. Tinha a educação a seu favor, mas não possuía dinheiro, sofrendo preconceito por parte de todas as classes sociais. Era comumente associada à prostituta, uma das mulheres errantes da era vitoriana; buscava autonomia e segurança financeira, mas ao adentrar o lar sagrado passava a ser vista como a ameaça de uma mulher sedutora que ambicionava seduzir o homem da casa, representando o apetite sexual das prostitutas. Nesse sentido, os discursos da época tendiam a acender alertas sobre a possível ameaça que a preceptora poderia se tornar para os ideais burgueses (Monteiro, 1998).

5. JANE EYRE: MELANCOLIA E ÂNSIA POR LIBERDADE

5.1 GATESHEAD HALL

Para Jane Eyre, órfã com a educação de uma mulher da nobreza – porém sem classe social definida –, a busca por um caminho próprio prometia uma longa jornada de tentações e provações. Na infância, vivendo em Gateshead Hall com a tia, sra. Reed, e seus primos, Jane já revelava os sentimentos que ditariam a forma como ela viveria no futuro. De temperamento forte, a raiva e a ânsia por liberdade seriam a força motriz de sua vida, possibilitando que ela resistisse a abusos e momentos de agrura ao longo de toda a sua jornada. Melancólica e incorrigível, era chamada pela criada Bessie de “uma coisinha errante e solitária” (Brontë, 2021, p. 105). A melancolia de Jane, causada pelos abusos e por seu aprisionamento físico e espiritual, é transformada em rebeldia e obstinação.

Ainda criança e vivendo em Gateshead, Jane manifestava revolta e tristeza por não se encaixar na casa – não por amá-los, mas pelo desejo de pertencer a algo e de sentir que poderia ser amada:

Eu era uma dissonância em Gateshead Hall; não era igual a ninguém ali; não tinha nada em comum com a sra. Reed ou com seus filhos, nem com a criadagem que ela escolhera. Se não me amavam, na verdade tampouco eu os amava. [...] Sei que se eu fosse uma criança sanguínea, inteligente, despreocupada, exigente, bonita, enérgica – embora igualmente dependente e sem amigos –, a sra. Reed teria suportado com mais complacência minha presença; seus filhos teriam demonstrado para comigo um pouco mais da cordialidade gerada pela identificação; os criados teriam sentido menos propensão a me transformar no bode expiatório do quarto das crianças. (Brontë, 2021, p. 75)

Jane era, de fato, diferente de todos naquela casa. Sempre buscando refúgio na companhia de livros surrupiados da biblioteca, lendo em seu esconderijo atrás das cortinas, reagindo contra os abusos de seu primo John com a determinação e fúria de uma criança rebelde que tinha consciência da injustiça a que era imposta. Os Reed acreditavam que ela devia gratidão e subordinação à família devido ao fato de eles a acolherem apesar de sua inferioridade financeira, mas a natureza de Jane não era facilmente domável. Após um de seus acessos de raiva, em que era humilhada pela tia e pelas criadas que ressaltavam que ela era “menos do que uma empregada” (Brontë, 2021, p. 70), Jane não cede: “Resisti durante todo o caminho. [...] como qualquer outro escravo rebelde, sentia-me decidida em meu desespero a fazer o que fosse preciso” (Brontë, 2021, p. 70).

A insubordinação de Jane era punida com seu enclausuramento no quarto vermelho, aposento que guarda na memória das paredes góticas momentos de medo, melancolia e revolta. Enquanto é mantida presa, a mente de Jane exclama: “que injustiça! que injustiça!”. Não compreendia por que razão era tratada daquela forma, e seu o desejo de escapar daquela injustiça surgia através de uma resolução extrema: “[...] fugir ou, caso não fosse possível, nunca mais comer ou beber e me deixar morrer” (Brontë, 2021, p. 74).

Em outro momento de revolta, ao ser chamada de mentirosa por sua tia, Jane esbraveja:

Não sou mentirosa. Se fosse, diria que amo a senhora; mas afirmo que não a amo. [...] A senhora acha que não tenho sentimentos, que posso viver sem nenhum pingo de amor e de bondade; mas eu não posso viver assim, e a senhora é cruel. [...] Mande-me logo para o colégio interno, sra. Reed, pois detesto morar aqui. (Brontë, 2021, p. 101 a 102)

Seus sentimentos de tristeza, solidão e humilhação são transmutados em raiva, essa que acaba por ser a força motriz de sua libertação. Ao esbravejar com a tia, Jane sente-se liberta de uma prisão invisível:

Minha alma começou a se expandir, a exultar com a mais estranha sensação de liberdade, de triunfo, que eu jamais experimentara. Era como se uma corda invisível houvesse se partido e eu tivesse me desvencilhado rumo a uma libertação que não esperava. (Brontë, 2021, p. 102)

Jane enxerga a possibilidade de mudança ao saber que a tia desejava enviá-la para um internato para livrar-se do fardo de sua criação. Mesmo sem conhecer a realidade da escola que a aguardava, Jane alimenta a esperança de que uma transformação em sua vida já seria um passo para a liberdade.

5.2 Lowood School

Ao longo dos oito anos em que permaneceu na instituição beneficente Lowood – seis como aluna e dois como professora –, a vida de Jane foi uniforme. Ela se manteve ativa, aproveitando a oportunidade de adquirir educação. Sofreu com a rigidez das normas da escola que eram acompanhadas pelo frio intenso, pela fome nunca saciada e por sermões religiosos que aterrorizavam as alunas; fez uma amiga, Helen Burns, que morreu em seus braços vítima de tuberculose. No entanto, não foi infeliz: experienciava uma vida melhor do que a que tinha em Gateshead.

A infelicidade de Jane surge de sua insatisfação com as limitações da realidade em que vivia. Ela ansiava por vivenciar a vastidão de experiências que o mundo poderia oferecer a aqueles que possuem liberdade:

[...] eu agora me lembrava que o mundo real era vasto e que uma ampla gama de esperanças e temores, de sensações e emoções, aguardava aqueles que tinham a coragem de se lançar na sua vastidão, de buscar o verdadeiro conhecimento da vida em meio a seus perigos. (Brontë, 2021, p. 164)

Em momentos de melancolia, Jane sentia-se emocionalmente sufocada ao observar as barreiras físicas que representavam sua ausência de liberdade:

[...] Ali estavam os limites de Lowood; ali estava o horizonte dos morros. Meus olhos passaram por todos os outros objetos e foram pousar nos mais remotos de todos, os cumes azuis. Eram eles que eu desejava galgar; tudo dentro de suas fronteiras de pedra e vegetação parecia um terreno de prisão, os limites de um exílio. Acompanhei com os olhos a estrada branca que serpenteava pelo sopé de um dos morros e desaparecia num desfiladeiro entre dois outros. Como eu ansiava por segui-la até mais além! (Brontë, 2021, p. 164)

Jane decide então trabalhar em uma mudança. Ela ansiava ir para onde houvesse vida e movimento, mas não havia muitas possibilidades de emprego para uma mulher, principalmente quando ela se encontrava sozinha no mundo, sem família nem amigos a quem recorrer. Precisava construir seu próprio caminho em busca de liberdade, mas suas limitações traziam o sentimento melancólico de desesperança:

A liberdade desejei; pela liberdade arquejei; pela liberdade orei, e minha prece pareceu se desfazer ao vento leve que então soprava. Abandonei-a e formulei uma

súplica mais humilde. Por mudança, por estímulo. Esse pedido também pareceu ser levado embora espaço afora. (Brontë, 2021, p. 165)

A impossibilidade de conquistar a liberdade plena gera melancolia; Jane sabia que a saída de Lowood seria possível apenas com uma nova servidão. No entanto, a esperança de uma mudança soava melhor do que a possibilidade de não conseguir ir embora da instituição. Assim, ela vai em busca de sua libertação, encontrando-a por ora no cargo de preceptora em Thornfield.

5.3 Thornfield Hall

Jane é recebida em Thornfield com um tipo de gentileza e carinho aos quais ela não estava habituada; a governanta, sra. Fairfax, e a sua nova pupila, Adèle, eram companhias agradáveis; os morros que circundavam as limitações de Thornfield não pareciam barreiras que separavam o território do mundo dos vivos, apesar de serem desérticos o suficiente para isolar a propriedade da civilização. Jane sentia que uma fase mais justa de sua vida estava começando, “uma fase que teria suas flores e prazeres bem como seus espinhos e agruras” (Brontë, 2021, p. 181).

Apesar do conforto e da segurança que Thornfield oferecia, no entanto, Jane ainda se sentia insatisfeita. Tinha momentos de inquietação e melancolia causados pela ânsia por novas experiências:

Nesses momentos eu ansiava por possuir um poder de visão capaz de ultrapassar aqueles limites, capaz de chegar ao mundo agitado, às cidades, aos lugares cheios de vida dos quais eu ouvira falar, mas que nunca tinha visto; [...] nesses momentos desejava mais experiências práticas do que as que tinha; mais relações com meus semelhantes, mais conhecimento de variados temperamentos do que havia ali ao meu alcance. [...] Acreditava na existência de outros e mais vívidos tipos de bondade, e desejava ver aquilo em que acreditava. (Brontë, 2021, p. 196).

Jane se sentia culpada por não se contentar com o que lhe era oferecido em Thornfield; afinal, muitas mulheres não tinham a oportunidade de trabalhar como preceptora em uma casa onde era bem tratada. Mas a sua natureza inquieta clamava por liberdade e, ao não a ter, buscava conforto na sua imaginação:

Quem poderia me culpar? Muitos, não duvido; e eu seria chamada de insatisfeita. Mas não podia evitar; a inquietação fazia parte da minha natureza, e às vezes a agitação me causava dor. Naquelas horas meu único alívio era percorrer de um lado para o outro o corredor do terceiro andar, segura no silêncio e na solidão daquele lugar, e deixar minha imaginação se demorar em quaisquer visões brilhantes que nela surgissem – e com certeza houve muitas e fulgurantes; permitir ao meu coração ser levado por esse movimento exultante que, embora o enchesse de tormento, inflava-o de vida; e, o melhor de tudo, permitir ao meu ouvido interior se abrir para uma história que nunca findava - uma história criada e narrada continuamente pela minha imaginação, animada por todos os incidentes,

por toda a vida, todo o fogo e todo o sentimento que eu desejava e não tinha na minha existência real. (Brontë, 2021, p. 196)

Desde a infância, vivendo sob a tutela de sua tia, e posteriormente em Lowood, Jane desejava movimento e mudança em sua vida; sofria com a privação física, sempre confinada entre paredes que a afastavam das experiências do mundo real. Em Thornfield, essa inquietude evolui e se intensifica:

É vão afirmar que os seres humanos deveriam se contentar com a tranquilidade; eles precisam de ação, e se não conseguem encontrá-la, a criam. Milhões são condenados a um destino ainda mais parado do que o meu, e milhões se revoltam em silêncio contra tal sina. Ninguém sabe quantas rebeliões além das políticas fervilham nas massas de vida que povoam a Terra. (Brontë, 2021, p. 196 e 197)

Jane sente sua existência estagnada e passa a questionar as limitações impostas às mulheres, que deviam se contentar com a tranquilidade da vida doméstica enquanto os homens são livres para atravessar o horizonte do mundo ao qual elas não podem acessar:

As mulheres supostamente são em geral muito calmas, mas elas sentem da mesma forma que os homens, e precisam exercitar suas faculdades e direcionar seus esforços da mesma forma que seus irmãos; uma contenção demasiado rígida, uma estagnação demasiado absoluta as fazem sofrer exatamente como os homens sofreriam; e trata-se de uma estreiteza de pensamento por parte dos seus semelhantes mais privilegiados dizer que elas deveriam se ater a preparar sobremesas e tricotar meias, a tocar piano e bordar sacolas. É insensível condená-las ou rir delas caso busquem fazer mais ou aprender mais do que o costume declarou ser necessário ao seu sexo. (Brontë, 2021, p. 197)

A limitante condição feminina da época é, nesse trecho do livro, denunciada por Jane. Quase um século após a publicação de *Jane Eyre*, Virginia Woolf (1882-1941), escritora feminista do século XX, expõe a sua crítica à obra em *Um Teto Todo Seu* (1929). Woolf acreditava que Charlotte Brontë havia desperdiçado parte de seu potencial ao advogar em sua própria causa expondo sua insatisfação com a sociedade patriarcal vitoriana, deixando transparecer na personagem do romance seus sentimentos de raiva e melancolia que tinham relação com a sua própria condição feminina servil, o que a teria impedido de concentrar-se na trama principal (Lima, 2013, p. 22).

A crítica feminista norte-americana da década de 1970 reconheceu, no entanto, o valor do caráter pessoal empregado à obra. Ao deixar transparecer em seu romance suas próprias queixas, Charlotte Brontë assumiu um compromisso político com as mulheres da época que também sofriam com tais limitações, utilizando um dos únicos canais de comunicação que elas dispunham para denunciar suas insatisfações com o sistema patriarcal: a literatura. Assim, a jornada da personagem Jane por independência e autonomia, bem como suas insatisfações com as limitações femininas,

desempenharam o papel de despertar reflexão em leitoras sobre a condição em que viviam e sobre suas próprias possibilidades de existência na sociedade inglesa de 1847 (Lima, 2023, p. 23).

Mesmo ao encontrar o amor, apaixonando-se por seu patrão, o sr. Rochester, Jane sente-se insatisfeita com a ameaça à sua autonomia. Fica aborrecida com presentes caros, como joias e roupas, pois sentia que ele tentava moldá-la. Achava degradante a possibilidade de ter alguém exercendo poder sobre ela: “Não sou um passarinho, e nenhuma armadilha me prende; sou um ser humano livre com vontade própria” (Brontë, 2021, p. 383). Ao descobrir que não poderia se casar livremente com Rochester e ele tentar convencê-la a ser sua amante, o desespero de Jane atinge o ápice. Ela sabia que precisaria partir para manter sua integridade e ser verdadeiramente livre.

5.4 Moor House

Após sua fuga de Thornfield, Jane vive momentos de solidão e desespero em busca de sobrevivência. Em favor de seus princípios havia abandonado uma parte de si, aquela que necessitava de paixão, amor, romantismo; na ausência de independência financeira, no entanto, não poderia usufruir dos prazeres de um romance que sacrificaria sua liberdade. Em seu desamparo, encontra confiança na mãe natureza, sua única parente: “a natureza me pareceu acolhedora e boa; pensei que ela me amava, por mais que eu fosse uma excluída” (Brontë, 2021, p. 475). Sem ter a quem recorrer, Jane é obrigada a mendigar; sentia sua alma mergulhada em profunda melancolia ao precisar pedir por comida, mas acreditava que estava mendigando, na verdade, por um emprego (Brontë, 2021, p. 482).

Ao ser amparada em Moor House por quem mais tarde ela descobriria ser seus primos paternos, Jane recusa a caridade e manifesta seu desejo de ganhar o próprio sustento, mesmo que em um trabalho humilde. Conquista sua independência e o seu próprio lar ao trabalhar como professora de uma escola na aldeia. Jane sentia-se, no entanto, desolada; sabia que havia feito a escolha certa ao optar pela sua liberdade, mas sofria com a perda. Sabia, além disso, que não ficaria satisfeita com sua situação atual: “não espero muito prazer da vida que se abre à minha frente, mas ela sem dúvida me proporcionará o suficiente para viver de um dia para o outro” (Brontë, 2021, p. 521).

Seu primo St. John, clérigo local, representou para Jane nessa fase de sua vida uma nova possibilidade de aprisionamento. Sua personalidade fria e dominadora exerceu forte influência sobre Jane, que buscava atender às expectativas de sua autoridade até ele solicitar que ela sacrificasse a própria individualidade para ser sua esposa em uma missão religiosa na Índia. Jane

não seria capaz de se submeter a um casamento por conveniência que impossibilitaria a sua liberdade:

Como sua assistente, sua companheira, tudo estaria certo [...], mas como sua esposa, sempre ao seu lado, sempre contida e sempre tolhida, forçada a manter o fogo da minha índole continuamente baixo, a fazê-lo arder internamente sem nunca dizer um ai, muito embora a chama aprisionada fosse consumindo aos poucos cada um de meus órgãos vitais, isso seria insuportável. (Brontë, 2021, p. 585)

A descoberta da herança deixada para ela por um tio traz as sensações de segurança e liberdade que ela jamais havia imaginado sentir. As possibilidades para uma mulher com independência financeira eram maiores.

5.5 Ferndean House

O período em Ferndean, que encerra o romance, representa a fase da vida de Jane em que ela se sente, de fato, satisfeita; não há mais a constante melancolia pela ausência de algo que ela anseia incessantemente conquistar. Ela não precisaria mais servir a alguém ou viver sob a dependência de um superior em troca de uma falsa sensação de liberdade. A sensação de estagnação mental e física dá lugar à possibilidade de viver como ela escolher, sem barreiras a isolando do mundo real (Brontë, 2021).

Ao casar-se com o sr. Rochester, agora cego e mutilado, Jane sente-se plenamente feliz por experienciar o amor sem precisar submeter-se a uma hierarquia de poder. Ela é a sua própria senhora: “além de rica, sou independente. Quem manda em mim sou eu” (Brontë, 2021, p. 620); assim, não precisou abdicar de sua liberdade em detrimento do matrimônio. Ao conquistar a autonomia, a constante insatisfação e melancolia de Jane dão lugar à felicidade plena.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou como a obra *Jane Eyre*, de Charlotte Brontë, acessa a mente da mulher da vitoriana e revela através dos sentimentos e pensamentos da protagonista angústias e anseios experienciados por mulheres que não possuíam outro canal de denúncia além da literatura. Por meio de seus próprios questionamentos com relação ao papel feminino na sociedade patriarcal inglesa, Brontë deu vida a uma personagem de personalidade inquieta e passional que não permite a si mesma contentar-se com uma condição de vida superficial e limitante.

Jane sofre com a melancolia causada pela ausência de possibilidades, experiências e liberdade, assim como sofriam outras mulheres da época que sentiam da mesma forma que os

homens e, ao contrário deles, eram condenadas a um destino de silêncio e domesticidade. A função de preceptora, exercida pela personagem e pela autora, era uma das profissões disponíveis para mulheres de classe média que possuíam educação; para ambas soava como o símbolo de servidão e prisão social onde a intelectualidade feminina sofre perante a monotonia e a estagnação física e mental.

A valorização da imaginação e a intensidade passional são características do romantismo, findado ainda na década de 1830, que se mantêm presente na arte da Era Vitoriana apesar dos ideais burgueses que valorizavam o utilitarismo, a racionalidade e o comportamento sério e comedido. Em *Jane Eyre*, Brontë preservou o fervor passional do Romantismo através da intensidade dos sentimentos de Jane. Sua personalidade impetuosa, apaixonada e rebelde junto à sua constante batalha interna entre razão e paixão representam uma forma de rebeldia contra a moral burguesa que buscava reduzir a mulher à figura passiva do anjo do lar, destinado a direcionar seu afeto unicamente à sacralidade da vida doméstica.

A mulher inglesa oitocentista, independentemente de sua classe social, não usufruía da mesma liberdade que o homem. No entanto, aquela que fosse desfavorecida financeiramente e desejasse ter o mínimo de autonomia precisaria viver em servidão; casando-se, então, seria dependente e propriedade de seu marido, sempre em posição de passividade. Ao conquistar a independência financeira e tornar-se sua própria senhora, Jane pôde finalmente vivenciar o amor sem abdicar de sua individualidade ou submeter-se a uma hierarquia de poder. Nesse sentido, *Jane Eyre* foi notável na época de sua publicação e permanece como uma obra essencial da literatura vitoriana para a compreensão dos sentimentos femininos perante as limitações impostas pela sociedade patriarcal inglesa do século XIX.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João Pedro Wizniewsky. O enredo de *Jane Eyre* como representativo de valores burgueses em consolidação no século XIX. *Organon*, v. 33, n. 65, p. 13-13, 2018.

ARRAIS, Cristiano Alencar. A Escola Metódica e o conhecimento histórico como problema. *Emblemas*, v. 1, n. 2, 2006.

BRONTË, Charlotte. *Jane Eyre*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BURGESS, Anthony. *A Literatura Inglesa*. São Paulo: ÁTICA S.A, 1996.

EVA, Maria Zulmira Garrido. Charlotte Brontë: Romancista. 1949.

FERREIRA, Valeska Oliveira. A ficção e a narrativa como desafios ao uso da literatura como fonte histórica: contribuições da teoria da história para o debate. *Revista Discente Offícios de Clio*, v. 3, n. 4, p. 10-10, 2018.

GASKELL, Elizabeth. A vida de Charlotte Brontë. Domingos Martins, ES: Pedrazul, 2020.

GONÇALVES, Alanis Zambrini. Razão em face da paixão: liberdade emocional em Jane Eyre, de Charlotte Brontë. *Língua, Literatura e Ensino-ISSN 1981-6871*, v. 14, p. 33-42, 2019.

GONÇALVES, Helen. A tuberculose ao longo dos tempos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 7, p. 305-327, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LIMA, Danielle Dayse Marques de et al. Dramaticidade, subjetividade e sacralidade em Jane Eyre, o romance de formação de Charlotte Brontë. 2013.

MONTEIRO, Maria Conceição. Figuras errantes na época vitoriana: a preceptora, a prostituta e a louca. *Revista Fragmentos*, v. 8, n. 01, 1998.

OLIVEIRA, Cícero Mayk Ferreira Bezerra de et al. História e literatura: a literatura como fonte histórica. 2018.

PERKINS, Joan. Victorian women. London: John Murray, 1993.

QUERIDO, Fabio Mascaro. Revolta e melancolia na modernidade: Michael Löwy e as antinomias do romantismo. *Lutas Sociais*, v. 23, n. 42, p. 174-188, 2019.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. Dicionário de psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. SCLIAR, Moacyr. A melancolia na literatura. 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/11270721/A_melancolia_na_literatura. Acesso em: 22 fev. 2026.

SODRÉ, Mia. Keats e seu flerte com a morte. *Querido Clássico*, [S. l.], 23 fev. 2023. Disponível em: <https://www.queridoclassico.com/2024/02/keats-e-seu-flerte-com-morte.html?m=1>. Acesso em: 22 fev. 2026.